



20.09.2023

CORROIOS | SEIXAL

# IV CONFERÊNCIA SINDICAL

Intervenção de Luísa Silva  
COMISSÃO EXECUTIVA DO STAL

## O DIREITO À CARREIRA E À PROFISSÃO

### Por um sistema de avaliação de desempenho justo e sem quotas!

Camaradas

Saúdo todos os convidados e delegados a esta conferência, bem como todos os trabalhadores da administração local que dão a este sindicato a força necessária para lutarmos por um mundo melhor, que fazem deste sindicato um grande sindicato!

Uma das grandes bandeiras do STAL é a recuperação das nossas carreiras.

É um direito constitucional dos trabalhadores ter uma profissão digna, que lhes permita realizarem-se profissionalmente e conciliar da melhor forma a sua vida profissional com a familiar.

Ora o que os últimos governos têm feito é precisamente o contrário: tendo destruído as carreiras existentes e obrigando os trabalhadores a terem um segundo emprego para terem em casa o essencial (nem sempre uma vida digna), desaparecendo o direito à conciliação com a vida familiar.

As verdadeiras carreiras deveriam ser formadas por diversas categorias, em que se identifiquem precisamente as profissões que as integram, e os respetivos conteúdos funcionais. Impõe-se que a cada trabalhador se facultem meios adequados à prestação da sua profissão, com a respetiva atribuição de contrapartidas, especialmente de natureza salarial.

Impõe-se a integração dos trabalhadores na carreira, onde seja possível ascender na sua vida ativa com o intuito de um dia virem a ter uma aposentação com dignidade, uma reforma que lhes permita viver com o conforto que anos de trabalho proporcionaram.

Com a recuperação das carreiras, exigimos:

- a) Uma justa evolução profissional;

- b) Uma justa compensação salarial;
- c) Condições de trabalho dignas;
- d) E a valorização dos trabalhadores (com formação que enriqueça o trabalhador e assim melhore o seu desempenho profissional).

Estaremos a pedir muito? Não me parece...

Camaradas

De uma rajada, destruíram direitos fundamentais dos trabalhadores com a famigerada Lei 12-A/2008, destruição esta agravada por via da proibição de valorizações remuneratórias, decretadas até ao final de 2017.

A destruição das carreiras, impediu, na prática, o acesso profissional por promoção, agravando substancialmente as regras da progressão.

Enquanto antes se progredia de 3 e 3 anos ou de 4 em 4 (nas carreiras horizontais) – e ainda assim criticávamos esta discriminação -, agora a maioria dos trabalhadores tem de esperar 10 anos para progredir na carreira e, ainda assim, corre o risco de algum orçamento de estado roubar os pontos acumulados à custa do trabalho.

Os problemas nas injustiças do regime de carreiras refletem-se e agravam-se no sistema retributivo em vigor, quer na Tabela Remuneratória Única (TRU) quer nas tabelas aplicadas às carreiras não revistas e subsistentes.

É vergonhoso que trabalhadores, nas mais diversas profissões, inclusivamente altamente qualificadas, integrados num saco denominado “assistentes operacionais”, nalguns casos com mais de 20 anos de antiguidade, ainda continuem a receber o salário mínimo da administração pública – 769,20€ - ou seja, 9,20€ acima do salário mínimo nacional.

É vergonhoso e não podemos permitir que trabalhadores em final de carreira tenham salários miseráveis!

O STAL não desiste de lutar por um sistema de carreiras semelhante ao anterior (com as devidas adaptações, que o tempo impõe), ditado de regras justas, que efetivamente permitam o acesso profissional na vertical, por promoção, e na horizontal, por progressão.

A reivindicação das carreiras não pode ficar dissociada da reivindicação de uma avaliação justa.

Estando a nossa progressão ligada à atual avaliação de desempenho é urgente a revogação do atual regime – do SIADAP – não só pela subjetividade e burocracia da sua aplicação, mas essencialmente pela discriminação decorrente da atribuição de quotas às menções mais elevadas, permitindo maiores injustiças que tanto têm prejudicado os trabalhadores.

O SIADAP, pela sua subjetividade e discriminação, é um gerador de injustiças e de conflitos laborais, virando trabalhadores contra trabalhadores.

Além disso, as suas regras assentam num rol de procedimentos extremamente burocráticos, que nem em sonhos permitem o seu cumprimento em condições minimamente aceitáveis.

Estamos perante uma lei inexecutável, sendo o único caminho a sua revogação.

As tropelias à lei são mais que muitas. Quantos relatos nos chegam, de trabalhadores desesperados, em que:

- passam anos sem receber qualquer menção;
- os trabalhadores não são notificados;
- não conhecem objetivos nem competências;
- não lhes é reconhecido o direito à progressão – quando deviam progredir obrigatoriamente por ter 10 pontos;
- as menções mais altas são sempre para os mesmos;
- etc, etc.

Apenas o Governo não vê!

Apenas o Governo não percebe que a dignificação das condições de trabalho também passa pela valorização dos trabalhadores.

São estes os trabalhadores que prestam serviços essenciais à população, que estiveram lá na pandemia e que estão lá sempre.

São estes trabalhadores que fazem das nossas terras um bom lugar para vivermos.

Não desistimos.

Vamos continuar a lutar:

- Pela recuperação das carreiras
- Pela revogação do SIADAP

Viva a IV Conferencia do STAL!

Viva o STAL!

Vivam os trabalhadores!